

ALADI/CR/Ata 668
18 de março de 1998
Hora: 10h às 12h 10m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 667ª sessão.
 4. Relatório da Trigésima Sexta Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XXXVI/Relatório).
 5. Relatório da Oitava Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas da ALADI (ALADI/DNA/VIII/Relatório).
 6. Assuntos diversos.
 - Relatório do Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Quinto Seminário "Dimensão Jurídica da Integração" (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia).
 - Pedido de informações da Representação do México sobre a situação em que se encontram os Acordos sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e Bens Culturais.
-

Preside:

JOSÉ ARTUR DENOT MEDEIROS

Assistem: Gustavo Moreno e Julia Adriana Gabriela Pan (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e José Guillermo Loría González (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Eduardo Paes Sabóia, Paulo Roberto Ribeiro Guimarães e Flávio Marega (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Alejandro Marisio (Chile), Manuel José Cárdenas e Enrique Pinzón Alvarez (Colômbia), José Piedrahíta e Carlos Santos Repetto (Equador), Rogelio Granguillhome, José Luis Solís, Arturo Juárez, Julio Lampell e Adolfo Treviño Ordorica (México), Efraín Darío Centurión e Alfredo Núñez (Paraguai), Julio Balbuena López-Alfaro, Efraín Saavedra Barrera, Pedro Bravo e Elizabeth González de Fábrega (Peru), Adolfo Castells Mendívil, Carlos A. Zeballos, Roberto Muineló, Andrea Ferreira e Melina Corio (Uruguai), Oscar Fornoza e Yaritza Barbosa (Venezuela), David Ruano Lemus (Guatemala), Roberto Casañas (OEA), Guillermo Toro (IICA) e Zourab Peradze (Rússia).

Secretário-Geral: Antônio J. C. Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

Secretaria: Jorge Rivero e Alberto Otero.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, em Assuntos em Pauta constam as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada.

Cabe destacar alguns comunicados de designações e términos de funções de funcionários das Representações. O México comunica o término de funções dos Senhores Bernardo Flores e Adolfo Treviño.

Queremos aproveitar, Senhor Presidente, para desejar aos Senhores Bernardo Flores e Adolfo Treviño muito êxito em suas novas atividades e agradecer-lhes sua cooperação.

Do mesmo modo, o Peru comunica a designação da Senhora Elizabeth González de Fábrega como Segundo Secretário e informa o término de funções do Senhor Pedro Bravo Carranza.

Queremos também, Senhor Presidente, agradecer a cooperação e parabenizar o Senhor Pedro Bravo Carranza pelo trabalho realizado, desejar-lhe êxitos e, ao mesmo tempo, dar as boas-vindas à Senhora Elizabeth González de Fábrega e oferecer-lhe todo o apoio dos funcionários da Secretaria para o feliz desempenho de suas funções.

O Uruguai também comunica a incorporação das Senhoras Andrea Ferreira e Melina Corio como assessores técnicos.

Damos também as boas-vindas às duas assessoras e oferecemos o apoio da Secretaria, como sempre, para o bom desempenho de suas funções na Representação do Uruguai.

Quero também comunicar duas boas notícias. O Chile enviou uma contribuição por US\$ 400.000, saldando assim seu compromisso correspondente ao orçamento de 1998. A Colômbia também cancela a quota correspondente a 98 pelo valor de US\$ 400.000.

Não podemos deixar de manifestar a satisfação administrativa e financeira desta Secretaria, o que nos permitirá com essas contribuições chegar até o mês de maio, inclusive, e uma parte de junho. Agradecemos muito o esforço dos Senhores Embaixadores da Colômbia e do Chile pelo cumprimento desses dois países no pagamento da quota correspondente a 1998.

Devemos também destacar, Senhor Presidente, um convite enviado pelo PARLATINO para participar de uma reunião de organismos internacionais, convocada para os dias 5 e 6 de junho em São Paulo. Esse convite enquadra-se na Resolução 235, sobre representação externa da Associação, aprovada no final do ano passado por este Comitê, submetendo-a a sua consideração. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

A Presidência, em nome do Comitê, une-se às palavras de boas-vindas para os funcionários das Representações do Peru e do Uruguai e também às palavras de despedida e de êxitos em suas novas funções para os funcionários do México e do Peru, cuja cessação foi comunicada neste momento.

A Presidência em nome do Comitê toma nota da comunicação que diz respeito às contribuições para o orçamento da Associação feitas pelo Chile e pela Colômbia e reitera o pedido para que as demais Representações prossigam dialogando com seus governos para que cumpram com as obrigações relativas ao orçamento de 1998 e com as anteriores, se for o caso.

Finalmente, Senhor Secretário-Geral, entendo que, de acordo com a correspondente resolução do Comitê de Representantes, Vossa Excelência dará uma opinião sobre o convite recebido do PARLATINO quanto a esta reunião de 5 e 6 de junho, em São Paulo. Penso que podemos tratar este tema em outra reunião, talvez com a opinião da Secretaria sobre a conveniência de responder positiva ou negativamente sobre este convite para que o Comitê delibere a respeito com a devida

antecipação. Se o Senhor Secretário-Geral está de acordo, podemos voltar a este ponto na próxima reunião ordinária do Comitê.

Pergunto se os senhores têm observações sobre os temas mencionados ou outros que estão dentro de Assuntos em Pauta, ponto 2, da nossa ordem do dia.

Não havendo observações, passamos ao ponto seguinte.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Desculpe, Senhor Presidente, por ter deixado um ponto que seria interessante considerar.

Em Assuntos em Pauta há um documento que trata da livre circulação do artesanato, item 10, de Assuntos em Pauta.

Gostaria, Senhor Presidente, de que este documento fosse analisado por um grupo de trabalho do Comitê de Representantes. Essa é a idéia que queria que o Comitê considerasse.

PRESIDENTE. Poderíamos fazer isso, mas a rotina que estamos observando no Comitê é que a Secretaria primeiro apresenta esses estudos neste plenário e depois, se o plenário decide, encarrega sua análise a um grupo de trabalho.

Sugiro que na próxima sessão a Secretaria faça uma apresentação pormenorizada deste documento. As Representações apresentarão as observações que considerem conveniente e aí sim deliberaríamos sobre a criação de um grupo de trabalho, que considero, em princípio, uma solução adequada.

Não havendo observações, assim procederemos. Fica, então, incluído na agenda da próxima sessão ordinária o tema do estudo sobre o comércio do artesanato.

Passamos ao ponto seguinte.

3. Consideração da ata correspondente à 667ª sessão.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações APROVA-SE a ata da 667ª sessão do Comitê de Representantes.

Passamos ao ponto seguinte.

4. Relatório da Trigésima Sexta Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XXXVI/Relatório).

PRESIDENTE. Peço à Secretaria que apresente o relatório à Sala.

Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Com efeito, de 2 a 6 do presente mês foi realizada a Trigésima Sexta Reunião da Comissão Assessora, na cidade do Rio de Janeiro, oportunidade em que os países-membros do Convênio -que são os mesmos da ALADI mais a República Dominicana-

analisaram exaustivamente o funcionamento do Convênio de Pagamentos e os mecanismos operacionais vinculados ao Convênio durante 1997 e, em particular, dedicaram uma especial atenção ao tema que concita o interesse dessa Comissão, que é a revisão do Sistema ou do Convênio de Pagamentos como tal, do texto do Convênio e sua atualização às novas realidades financeiras e monetárias que está vivendo a região.

Como já sabemos, Senhor Presidente, o problema central que existe na discussão da revisão do Convênio se refere ao ajustamento que vários dos países-membros estão propondo com relação à garantia de reembolso, tema sobre o qual ainda não se obteve consenso para elaborar sua redação definitiva.

Em geral, nos outros temas que dizem respeito ao Convênio de Pagamentos, progressivamente os países vieram aproximando posições e daria a impressão de que em um curto prazo poderia, pelo menos, em toda esta temática, contar-se com um texto revisado, esperando unicamente o tema da garantia de reembolso que, repito, constituiu-se no ponto central da discussão entre os países-membros.

Pedirei, com sua anuência, ao nosso companheiro Alberto Otero, que esteve presente na reunião, que faça um relato mais detalhado sobre a mesma e em particular, com especial ênfase no tema das garantias, já que, insisto, é o tema de maior interesse que existe na Comissão.

PRESIDENTE. Por favor, Senhor Otero.

SECRETARIA (Alberto Otero). Muito obrigado, Senhor Presidente. Como antecipou o Doutor Rojas, o tema da revisão geral e integral do Convênio de Pagamentos e seu regulamento vai avançando progressivamente. Já existe um projeto preliminar de modificação do Convênio de Pagamentos que contém a maior parte das normas já acordadas e alternativas em relação com outros aspectos que ainda não obtiveram consenso. Entre os aspectos que não lograram consenso se destaca a garantia de reembolso. As diversas reuniões do grupo de trabalho e da Comissão Assessora realizadas até agora consideraram este tema da garantia de reembolso como o ponto central da discussão que pode derivar, inclusive, na modificação de outras normas já acordadas, dependendo da posição de consenso à qual se pode chegar ou à que se fixar por votação.

No momento existem duas posições básicas: uma, que mantém a garantia de reembolso em sua concepção atual, ou seja, automática e irrevogável, propondo que em nível de normas internas os bancos centrais regulem até onde esta irrevogabilidade pode ser condicionada ou não; e a outra, praticamente, condicionaria de saída a garantia de reembolso ao pagamento prévio das operações; ou seja, automatismo a estas garantias.

Nesse sentido discutiu-se amplamente na Comissão e mantiveram-se as posições até agora expostas, ficando o tema encerrado, salvo que o Conselho acordasse analisá-lo novamente com base em algumas alternativas formuladas na Comissão Assessora recentemente efetuada, por proposta da Argentina e do Brasil, e que basicamente consiste em manter a garantia de reembolso em seu *status* atual, mas habilitar a possibilidade de celebrar acordos bilaterais entre pares de bancos centrais, que de algum modo a possam condicionar segundo a conveniência dos mesmos.

Essa possibilidade foi considerada interessante na reunião, mas os delegados presentes não chegaram a manifestar-se, requerendo um tempo adicional para

analisá-la internamente em suas instituições e conseguir as correspondentes autorizações de seus governadores.

Nesse sentido acordou-se solicitar aos bancos centrais que antes da reunião do Conselho definam sua posição sobre esta alternativa dos acordos bilaterais e a comuniquem à Secretaria para, uma vez reunidas todas as respostas, ver se é possível encaminhar o tratamento da garantia de reembolso sob esta nova possibilidade.

Sobre esta questão existiu um ponto de vista contrário da Representação do Banco Central do Chile, que considerou que o tema ficava fora de discussão ao não ter existido consenso para a modificação e que o tema dos acordos bilaterais deveria ser considerado novamente pela Comissão Assessora, uma vez recolhidas todas as opiniões e critérios técnicos necessários para definir se é possível celebrar ou habilitar a concertação de acordos bilaterais.

Outro tema importante, ainda pendente -mas sobre o qual se avançou substancialmente- é o referente às linhas de créditos recíprocos e margens multilaterais de risco.

A idéia de margens multilaterais de risco é nova. Consiste em definir até onde podem canalizar-se operações, considerando a totalidade dos acordos bilaterais. Ou seja, muda-se a concepção da atual linha de crédito bilateral, determinando que estas linhas constituam a margem multilateral.

Como esta idéia, embora tenha sido adiantada bastante na reunião, requer ainda um tratamento maior, acordou-se tratá-la novamente em uma próxima reunião da Comissão Assessora.

Outro ponto de importância especial é o referente às taxas de juros do Convênio. Nesse sentido já existe acordo entre os bancos centrais em mudar a taxa atual, a *prime rate*, pela Taxa *Libor*. É uma taxa mais vinculada com as operações comerciais. Seria em lugar da *prime* atual, utilizar a *Libor* com um *spread* que se definiria de acordo com as circunstâncias de sua aplicabilidade e poderia ser modificado -este *spread*- na medida em que fosse necessário através de um ajustamento no regulamento do Convênio.

Finalmente, em relação à regulamentação do Convênio se acordou que fosse considerada uma vez que se culmine com um consenso sobre os aspectos essenciais do Convênio.

Esses são, em termos gerais, os resultados da reunião, sem prejuízo dos outros temas já tratados e comentados pelo Secretário-Geral Adjunto.

Consideramos que a reunião foi positiva porque se avançou significativamente, mas fica pendente o ponto central, ou seja, a garantia de reembolso, que, dependendo da posição dos bancos centrais na próxima reunião do Conselho, poderá ser considerada ou não. Se não fosse, seria mantido o regime atual, já que com apenas a negativa de um banco central se impediria a mudança de posição.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Otero, pela informação, que submeto à consideração da Sala.

É um tema, logicamente, técnico; é um informe que torna uma reunião muito substantiva, muito técnica, da qual participam diretamente nossos bancos centrais,

mas o Comitê é o Órgão ao qual a Comissão Assessora tem que dirigir-se. Portanto, fica aberta a possibilidade de um debate neste foro.

Ofereço a palavra ao Senhor Representante do Brasil.

Delegação do Brasil (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Inicialmente a Delegação do Brasil gostaria de agradecer à Secretaria-Geral a apresentação do documento que contém o relatório da última reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros.

Gostaríamos de ressaltar um elevado grau de preocupação devido ao fato de que quase um ano depois de iniciado o processo de revisão do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI já houve duas reuniões do grupo de trabalho encarregado do tema e duas reuniões da Comissão Assessora, vamos para uma quinta, um quinto esforço, e os progressos já logrados não são, a nosso critério, demasiado significativos. De fato, são muito reduzidos.

Nossa preocupação é ainda mais acentuada quando lemos o documento ALADI/SEC/di 1.057, documento que contém uma avaliação do funcionamento do Convênio no ano passado. Esse documento assinala que em 97 houve uma queda de 18 por cento do volume anual global de operações realizadas ao amparo do Convênio, comparadas com as do ano 96. Essa queda no volume de operações coincide com uma forte queda da relação pagamento-comércio, que caiu de 69 por cento, registrado no ano 92, para menos de 20 por cento atualmente.

Senhor Presidente, Senhores Representantes, queria manifestar que o Banco Central do Brasil vem trabalhando intensamente para lograr uma ampla reformulação do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Este esforço se justifica porque o Banco Central de meu país considera de suma importância atualizar o Convênio para dar-lhe maior dinâmica, maior capacidade de resposta frente à realidade presente do comércio regional e frente às inovações ocorridas no sistema financeiro latino-americano e internacional.

Para nós é preocupante que alguns dos principais aspectos para que se torne efetiva a revisão do Convênio ainda continuem pendentes de definição por parte dos bancos centrais. Isto, depois de um ano de iniciado este processo de revisão do *aggiornamento*, de atualização.

Três pontos, nesse contexto, parecem-nos essenciais: o primeiro seria a flexibilidade da garantia automática de reembolso; o segundo seria a administração de risco por parte dos bancos centrais; e o terceiro, a nova taxa de juros do Convênio.

A critério desta Delegação e dos representantes do Banco Central do Brasil, as propostas de reformulação já são amplamente conhecidas pelas instâncias técnicas encarregadas do processo de revisão. A elas compete, com um sentido de urgência, tomar decisões definitivas em seu nível sobre as propostas já submetidas a análises exaustivas para encaminhá-las a esferas mais elevadas dos governos para que estes dêem sua palavra final sobre a matéria.

Desejaria, mais uma vez, chamar a atenção dos demais Representantes Permanentes para a importância da revitalização do Convênio para os países da região.

Pediria aos Senhores que transmitissem essa preocupação aos respectivos Governos, essa preocupação das autoridades brasileiras. Segundo nosso ponto de

vista, essa necessidade de concretizar este *aggiornamento*, da aceleração deste processo seria, efetivamente, a única forma de garantir que nas próximas reuniões do Conselho nossos países pudessem realmente fazer avanços substantivos no tratamento da matéria. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se há outras Representações que desejem intervir.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Seria interessante ter alguma opinião da Secretaria sobre estes três temas, como também quais foram as dificuldades que existiram para chegar a um acordo.

Evidentemente o Convênio de Pagamentos tem muitas mais operações na medida em que existam mais restrições ao comércio. Quando há uma flexibilidade dessas restrições se aspira fazer as operações fora do Convênio. Então, há que ver se esta é uma das razões ou há outras que queiram chegar a consenso sobre esses três pontos. Por isso seria interessante conhecer a opinião da Secretaria.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Antes de transmitir à Secretaria sua preocupação, e que considero muito pertinente, pergunto se há outras Representações que desejam intervir sobre o tema do informe geral.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente. Talvez poderia acrescentar-se ou explicitar-se o fato das razões da queda da cobertura do Convênio, porque pode ser um problema de simples liquidez ou pode ser um problema de que o próprio Convênio, considerando a tese brasileira, não esteja sendo suficientemente operacional como para continuar canalizando operações. Gostaríamos também de ouvir a opinião da Secretaria a esse respeito.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Penso que a Secretaria está conferenciando para proporcionar alguma resposta às intervenções do Brasil, da Colômbia e do Chile.

Tem a palavra a Secretaria.

SECRETARIA (Alberto Otero). O tema básico e central e matéria de grande discussão em todas as instâncias desenvolvidas até agora, tem sido a garantia de reembolso.

O Convênio contém três garantias essenciais: a garantia de convertibilidade, de transferibilidade e de reembolso. As duas primeiras foram aprovadas para mantê-las dentro do Convênio.

A garantia de reembolso, devido aos fatos ocorridos nos últimos dois anos, apresentou algumas incertezas quanto a sua real irrevogabilidade. Isso, somado a fatos concretos da realidade presente, como, por exemplo, a liquidez existente atualmente em todos os bancos centrais, com altos volumes de reservas, leva a que

o propósito da economia de divisas neste momento seja pelos menos relativo ou relativizado.

Por outro lado, a própria liquidez leva a que quando os bancos centrais acumulam saldos negativos muito fortes se antecipem a pagá-los em forma prévia à compensação multilateral, restando para esta apenas um saldo mínimo. Ou seja, não se está compensando multilateralmente mais do que uma pequena porção. Os pagamentos são feitos não apenas ao encerrar o período, senão que são feitos durante todo o período. Isso obedece também à taxa de juros do Convênio, que é uma taxa muito “forte” para os bancos centrais devedores. Nesse sentido, a mudança de critério que se acordou em princípio na Comissão Assessora pode ajudar –ou seja, de transferir a taxa *prime* à taxa *Libor* mais um *spread* que torne esta taxa mais neutra- não beneficiar os credores nem prejudicar os devedores. Ou seja, que coincida basicamente com a taxa de captação que têm os bancos centrais. Esta mudança, sem dúvida, provocará um menor volume de pagamentos antecipados voluntários, voltando a compensação a seus níveis anteriores.

Por último, as linhas de crédito. Até agora as linhas de crédito foram, digamos, a margem de risco que assume cada banco central com cada um dos demais, mas são bilaterais. O que se deseja nesta instância é modificar essa concepção e transformá-las em multilaterais. Ou seja, a linha de crédito bilateral por somatória se converteria em uma linha multilateral de margem de risco, o que acrescentaria os eventuais problemas que pudessem ter os bancos centrais entre si caso as posições relativas de cada um deles se tornem mais constantes e volumosas.

Houve outros fatos que, como disse antes, afetaram a operacionalidade do Convênio e criam incertezas, que são os problemas que existiram há dois anos e até o ano passado entre os bancos centrais com relação a operações consideradas irregulares. Esta situação de certo modo foi resolvida porque se decidiu que todos estes problemas se voltam a ser apresentados passem a uma negociação bilateral entre os bancos centrais envolvidos.

Por outro lado, também ajudaria a evitar esses riscos a vigência, desde abril deste ano que passou, do Protocolo de Solução de Controvérsias que agora abrange todos os bancos centrais entre si.

Creio que com essas medidas o risco dos bancos centrais se minimiza bastante; não obstante, temos em vigência e presente o problema da garantia de reembolso. Alguns bancos centrais não querem assumir diretamente o risco de não pagamento de uma compensação ou de não pagamento de uma operação. Outros consideram que podem fazer isso no âmbito regulamentar atual. Uns consideram que podem fazê-lo no âmbito regulamentar atual e outros consideram que é necessário modificar o alcance da garantia de reembolso, limitando-a e condicionando-a à realização dos pagamentos por parte dos operadores econômicos. Ou seja, manter-se-ia, segundo os bancos centrais que sustentam essa posição, a garantia de reembolso entre bancos centrais, mas não para instituições financeiras.

Esta última alternativa apresentada na reunião do Rio de manter em seu alcance atual a garantia de reembolso, mas habilitar a possibilidade de celebrar acordos bilaterais entre pares, obviamente entre pares de bancos centrais, poderia ser uma saída para esta situação de contraposição de posições. Isso vai depender do que resolvam os bancos centrais e posteriormente o Conselho quanto a esta nova idéia que se considerou que não podia ser resolvida na reunião da Comissão sem um estudo prévio e uma consulta direta e constante às autoridades de cada banco central.

O restante das normas do Convênio praticamente está decidido; poderia haver algumas mudanças segundo a posição que for adotada com a garantia de reembolso. Nesse sentido foi positiva no ano passado a determinação das operações admissíveis pelo Convênio, o que ficou suficientemente claro para os operadores. Ou seja, daqui em diante as operações canalizáveis pelo Convênio serão aquelas referentes ao comércio de bens e serviços e a seus serviços conexos e, eventualmente, através de acordos bilaterais a operações de serviços.

Na medida em que se resolver a garantia de reembolso, a realização da modificação do Convênio será muito rápida. Mas creio, em minha opinião pessoal, que pelo menos se estenderá ao longo do que resta do ano.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Otero.

O Secretário-Geral deseja complementar a informação.

SECRETÁRIO-GERAL. Evidentemente, o excesso de liquidez atual no mundo está tendo uma influência em todo o processo de funcionamento do Convênio. Um dos efeitos, destacado por Otero, é que isso levou a uma diminuição relativa da taxa de juros com relação às taxas que se cobram dentro do Convênio, o que faz com que muitos dos bancos centrais prefiram cancelar os pagamentos antes de fazê-lo através do Convênio.

O outro aspecto é que esse excesso de liquidez leva a uma grande proliferação de operações entre bancos e que está associado, por outro lado, a uma dificuldade natural de fiscalização por parte dos bancos centrais e que resultou depois em problemas de operações que não tinham sentido de ser feitas pelo Convênio e que levou a problemas entre bancos centrais. Estes estão agora tratando de proteger-se dessas situações, e essa é a situação real que estamos presenciando.

Quero informar, ainda dentro do comentário de interpretação, que ultimamente os próprios bancos comerciais fizeram uma autofiscalização, no sentido de somente fazer negócios com bancos que têm pleno conhecimento. Há um efeito de mercado por parte dos bancos comerciais como medida preventiva frente à insegurança da garantia de reembolso que os bancos centrais estão apresentando no momento. Isso pode explicar um pouco “a baixa” de realizar operações dentro do banco central. Eventualmente, os banqueiros sabem que isso é uma operação de mercado, não é uma coisa negativa. Pelo contrário, eu diria que é um aspecto positivo de funcionamento de mercado.

Quero também informar ao Comitê que tivemos a visita do Presidente e do Vice-Presidente da FELABAN, Senhores Sebastião Cunha e Carlos Barbé, os quais manifestaram preocupação precisamente no que diz respeito ao que eles consideram negativo: que a garantia de reembolso não está funcionando. Pode ser que haja nisto uma exageração natural de todo processo de negociação e de reclamação em *lobby*. De qualquer forma, creio que deve ficar registrada essa preocupação manifestada pela Federação Latino-Americana dos Bancos. E justamente eles estão apontando para uma tendência que se persiste a situação acentuará cada vez mais o não uso do Convênio pela insegurança no reembolso. Naturalmente que essas são manifestações que havia que apurar se acontecerão ou não; de qualquer maneira quero informar isso ao Comitê.

Esse contato nosso com a FELABAN está ligado ao que foi informado aqui neste Comitê sobre uma aproximação que fizemos entre essa instituição e os bancos centrais, na revisão do Convênio em que os Presidentes de bancos centrais no

Conselho abriram as portas para consultas aos bancos privados na medida em que surgissem assuntos pertinentes eles convidariam para participar. Realmente, em uma reunião anterior da Comissão houve uma participação, uma exposição por parte de um representante da FELABAN sobre suas observações e suas contribuições para o funcionamento do Convênio. Isso é o que queria assinalar, Senhor Presidente, para completar o quadro de informações disponíveis para este Comitê.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Pergunto se há outras observações sobre as últimas intervenções da Secretaria, seja do Secretário-Geral ou do Senhor Otero.

Quero manifestar minha satisfação pelo debate substantivo que tivemos sobre este relatório da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários. É uma obrigação deste Comitê, como Órgão Político Permanente da Associação, manter debates substantivos sobre temas de interesse da integração, como são os temas financeiros, em particular o processo de revisão do Convênio de Pagamentos da Associação.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome). Desculpe, Senhor Presidente. Depois da intervenção do Senhor Secretário-Geral me animo a fazer uso da palavra neste debate para comentar de maneira muito simples que talvez aqui, no fundo disto, também está a clara diferença que existe na percepção dos bancos centrais e evidentemente dos bancos comerciais ou dos bancos de desenvolvimento entre o que é uma operação de compensação e crédito recíproco e o que é uma operação exclusivamente de financiamento às exportações. O que ocorre finalmente na prática é que o banco central se retira de qualquer operação que diz respeito ao financiamento às exportações. É aí onde está desviando a garantia e é a posição que muitos bancos centrais vieram manifestando, eu diria, há dez anos. Creio que este trabalho que vem realizando a Comissão Assessora deve, na realidade, Senhor Presidente, completar-se com o esforço que na Associação podem fazer os bancos privados e os bancos de desenvolvimento em nossos países, dedicados às exportações.

Efetivamente, não apenas o Convênio de Pagamentos veio modificando-se, mas também a própria operação e prática dos bancos centrais e dos bancos de financiamento ao desenvolvimento vieram modificando-se e ajustando-se às novas condições da política de crédito e de financiamento de cada um deles. Então, sim creio que é importante. É algo que nossa Representação já trouxe a esta mesa : pelo menos, estudar as possibilidades de convocar esta velha Comissão Assessora ou o Conselho Assessor de Financiamento às Exportações dos países-membros. Existe este mecanismo institucionalmente criado na Associação e talvez seja prudente, à luz das modificações a que está sendo submetido o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e à luz das modificações que estão ocorrendo na política e operações dos bancos, tratar de que venham aqui nossos operadores nos bancos centrais, os que fazem o financiamento às exportações, para poder ter, não apenas uma visão mais completa do assunto, senão uma perspectiva de trabalho que eu creio redundaria em um maior volume de comércio para nossos países. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Creio que sua proposta justifica uma consideração mais detalhada e mais ponderada. Minha sugestão é que Vossa Excelência, quando considerar conveniente, solicite à Secretaria, à

Presidência, a inclusão de um ponto específico na agenda deste Comitê sobre a eventual convocatória da reunião sobre financiamento das exportações e o desenvolvimento, baseado em um documento com as razões para efetuar essa convocatória e, então, considera-lo-íamos separadamente como um tema isolado, suscetível de uma consideração específica.

Assim poderíamos proceder. Para encerrar o tema, queria fazer um pequeno resumo. Não vou, logicamente, resumir as substantivas intervenções que escutamos das várias Representações e da Secretaria, dos vários representantes da Secretaria, mas o Comitê tomaria nota do relatório que está na nossa frente, da Trigesima Sexta Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários; toma nota com satisfação dos progressos realizados no processo de revisão do Convênio de Pagamentos e, como explicou a Secretaria, quase todas as normas já estão acordadas, exceto o tema central da garantia de reembolso, e neste ponto o Comitê vê com preocupação que continua existindo uma controvérsia importante entre os bancos centrais dos países-membros, razão pela qual nós, como Comitê, manifestamos a esperança de que os bancos centrais de nossos países, em seus contatos diretos e por intermédio da Secretaria, possam encontrar soluções de consenso para este ponto, visando que o Convênio, a revisão do Convênio, possa ser alcançada quanto antes.

Eu sugeriria, também, como a Comissão Assessora decidiu que a posição dos bancos centrais sobre este ponto específico da garantia de reembolso devia ser enviada à Secretaria-Geral o mais tardar em 15 de abril para ser apresentada à consideração da próxima reunião do Conselho, o órgão superior, caso se alcance um acordo nesse sentido. Isto está na página 6 do relatório da Comissão Assessora.

Pediria à Secretaria-Geral que informasse ao Comitê, depois de 15 de abril, qual é a posição apresentada pelos bancos centrais diretamente à Secretaria, que neste ponto servirá como um *clearing house* das informações entre os bancos centrais.

Já poderíamos decidir que a Secretaria nos enviasse essa informação depois do dia 15 de abril, quando considerar conveniente, e com base na informação da Secretaria incluiríamos este ponto na agenda de uma próxima reunião deste Comitê, provavelmente no final de abril.

Se a Sala está de acordo com isto, poderíamos encerrar a consideração deste tema, depois do debate substantivo que tivemos. E podemos passar ao ponto seguinte de nossa ordem do dia.

5. Relatório da Oitava Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas da ALADI (ALADI/DNA/VIII/Relatório).

PRESIDENTE. Para a apresentação deste assunto, cedo a palavra à Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente, na semana passada, nos dias 9 e 10 deste mês, foi realizada a Oitava Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas, foro que se reuniu na Associação depois de quase seis anos e meio. Lamentavelmente esta reunião coincidiu com uma reunião também de Diretores Nacionais de Alfândegas e de um Acordo Sub-Regional, que impediu a assistência dos quatro Diretores desses países a nosso foro.

Cabe destacar -não obstante um relatório muito mais detalhado que posteriormente fará Jorge Rivero- três aspectos desta reunião que valeria a pena ressaltar e que se relacionam diretamente com o trabalho do Comitê e da Secretaria

na área aduaneira. Referem-se, por sua ordem, em primeiro lugar, ao consenso que houve entre as delegações presentes para a criação de um conselho assessor de assuntos aduaneiros, como instância assessora dos órgãos políticos da Associação neste campo.

Em segundo lugar, uma recomendação expressa ao Comitê de Representantes para incorporar diversos temas ao programa de trabalhos da Associação também no campo aduaneiro, e que se relaciona com a análise das delegações presentes em torno ao novo papel das alfândegas no processo de integração, levando em conta as novas realidades que impõe a globalização da economia internacional, por um lado, e por outro, os progressos havidos dentro da integração econômica, dentro da região, com base em políticas econômicas de uma profunda desregulação caracterizada por uma total desregulação do processo.

Por outro lado, o tema relativo ao projeto de trânsito aduaneiro, tema que fez parte de nossa agenda de trabalho e onde os Diretores de Alfândegas também fazem algumas recomendações, comprometendo-se a enviar -em um prazo de sessenta dias, contados a partir da data de finalização da reunião- as observações pertinentes com o propósito de processá-las na Secretaria, tornando-as de conhecimento do Comitê, e adotar uma decisão quanto à eventualidade de convocar uma nova reunião de peritos governamentais nesta matéria para resolver de forma definitiva este assunto.

Peço licença para ceder a palavra a Jorge Rivero, coordenador da reunião, com o propósito de dar uma maior e mais detalhada explicação sobre os resultados obtidos nesta ocasião.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral Adjunto.

Tem a palavra o Doutor Rivero.

SECRETARIA. (Jorge Rivero). Muito obrigado, Senhor Presidente. Entre os temas que as delegações trataram com maior detalhe e mais amplamente, de acordo com a agenda que estava estabelecida pelo próprio Comitê, tratou-se o novo papel das alfândegas no processo de integração regional e no âmbito das políticas de abertura comercial adotadas pelos países. E frente a este fato se destacaram dois aspectos fundamentais: o primeiro, a necessidade de modernizar as estruturas administrativas aduaneiras para acompanhar estes processos. E a esse respeito se verificou que havia progressos em algumas administrações aduaneiras de alguns países-membros, que eram dignos de avaliar seus resultados para ver se era possível estender isto para o resto da região. As alfândegas acordaram estabelecer vínculos de cooperação horizontal para que aquelas administrações que já haviam avançado neste processo de modernização e automatização de suas estruturas pudessem ao mesmo tempo beneficiar outras administrações que estivessem interessadas. Concretamente, na reunião alguns países ofereceram essa assistência.

Por outro lado, como mencionou o Doutor Rojas, dentro deste novo papel da alfândega, no âmbito do processo de integração, as delegações acordaram recomendar ao Comitê de Representantes que sejam incluídos diversos pontos que considerem prioritários para facilitar o processo de harmonização dos instrumentos e mecanismos aduaneiros nesta etapa de desenvolvimento do processo de integração e em suas perspectivas.

Outro dos temas importantes tratados na reunião, Senhor Presidente, refere-se a uma proposta da Secretaria-Geral para analisar a conveniência de adotar uma

nomenclatura básica comum da ALADI. Este tema suscitou um amplo debate entre todas as delegações e seu resultado foi um acordo para que a Secretaria-Geral realize um estudo sobre os alcances e implicações que teria para a Associação a adoção desta nomenclatura básica comum, e que apresente um plano de trabalho detalhado sobre como se desenvolveria este tema.

Este acordo não implica uma decisão *a priori*, favorável ou desfavorável, mas simplesmente um acordo para que a Secretaria elabore um estudo profundo e que, em definitivo, nesse trabalho sejam demonstradas as vantagens ou as desvantagens da adoção desta nomenclatura.

Senhor Presidente, como já disse o Doutor Rojas, as delegações acordaram recomendar também ao Comitê a criação de um Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros. Há um projeto de resolução que se anexa ao relatório da reunião. Basicamente, o entender de todas as delegações é que através deste Conselho se permita fortalecer a ação e participação dos Diretores Nacionais de Alfândegas dos países-membros no processo de integração que se desenvolve na Associação. Ou seja, que os Diretores Nacionais de Alfândegas atendam e entendam sobre os assuntos que competem ao processo de integração que se desenvolve na ALADI e que para isto tenham uma institucionalidade estabelecida. Neste sentido, Senhor Presidente, cabe ressaltar que expressamente se afirmou que a criação deste Conselho não deve em nenhum caso duplicar os trabalhos que realizam os órgãos setoriais competentes dos esquemas sub-regionais de integração nem duplicar as atividades que se vêm realizando no âmbito do Convênio Multilateral de Cooperação e Assistência entre as Administrações Nacionais da América Latina, Espanha e Portugal. Isto ficou expressamente registrado no relatório da reunião.

Finalmente, Senhor Presidente, as delegações tomaram nota do projeto de cooperação entre a ALADI e a OEA, que prevê três resultados específicos. O primeiro resultado é um estudo sobre a conveniência de adotar uma nomenclatura básica comum; isto já está previsto nesse projeto e existiria um cronograma para sua realização.

O segundo resultado é a tradução para o espanhol do Convênio de Kyoto revisado, que estaria mudando os procedimentos aduaneiros contidos no Convênio anterior e, ao mesmo tempo -uma vez que se conte com essa tradução que está prevista no projeto da OEA- seria realizado um curso de capacitação para formadores das Administrações Aduaneiras que permita, internamente, capacitar os funcionários nas novas disposições deste Convênio de Kyoto, que se espera que seja aprovado no transcurso do presente ano.

O terceiro resultado previsto neste projeto de cooperação é uma correlação entre as tarifas aduaneiras dos Estados Unidos da América do Norte e do Canadá com as nomenclaturas dos países-membros da Comunidade Andina, dos países-membros do MERCOSUL e da NALADI/SH para facilitar o processo de negociação que os países vêm desenvolvendo na ALCA.

Houve também, Senhor Presidente, outros pontos que foram tratados; estão registrados no relatório e não me referirei a eles. O Doutor Rojas já se referiu ao tema do trânsito aduaneiro. Mencionarei apenas que com referência ao tema de valoração os países acordaram introduzir o mais breve possível as disposições contidas na Resolução 226, do Comitê de Representantes, referida a este tema. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Doutor Rivero.

Queria, antes de abrir a discussão sobre este relatório da Oitava Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas da ALADI, ver se entendi bem, na exposição da Secretaria, que há basicamente dois temas submetidos à consideração deste Comitê para sua decisão: um é o projeto de resolução que está no Anexo I do relatório, sobre a criação do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros, que obteve, segundo entendo, consenso na reunião dos representantes de nossos onze países. E o segundo ponto -praticamente são várias recomendações que nos fizeram os Diretores de Alfândegas em seu relatório- para que vários temas, como o estudo sobre a possível nomenclatura comum e outros, sejam incorporados ao programa de atividades da Associação. São, basicamente, esses dois pontos. Então, sem tentar de nenhuma maneira limitar a discussão do relatório a estes dois temas que dependem de nossa decisão, ofereço a palavra sobre o relatório e as exposições dos dois representantes da Secretaria.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Roberto Muinelo). Obrigado, Senhor Presidente. Creio que a Secretaria fez um inventário acerca das atividades desta reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas. Cremos que a criação do Conselho Assessor dá uma hierarquia dentro da Associação e um apoio ao Comitê, que não teve até o momento porque eram reuniões muito esporádicas que nesta última instância demorou mais de seis anos em realizar-se. Creio que desta maneira os Diretores de Alfândegas já vão assumindo um compromisso na matéria específica que cada vez tem maior relevância dentro da integração econômica.

Senhor Presidente, creio que os dois temas que Vossa Excelência mencionou, que são a nomenclatura básica comum e a criação do Conselho Assessor, sem prejuízo dos outros temas constantes do relatório desta Oitava Reunião, justificariam - e compartilhamos do critério da Presidência- uma análise mais pormenorizada por um grupo de trabalho do Comitê com o propósito de elevar o projeto de criação de um órgão assessor definitivamente para a aprovação deste Comitê, e, o outro, incorporar os temas às atividades da Associação.

Senhor Presidente, um último ponto que se relaciona com a nomenclatura básica comum. Creio que este tema está dentro do projeto de Cooperação entre a OEA e a ALADI. No nosso critério, e pelo que discutimos na reunião, justificaria uma pequena modificação em sua forma de apresentação do projeto da OEA, não como nomenclatura básica comum, mas como propunha a Secretaria-Geral, elaborar um relatório para planificar os trabalhos definitivos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Muinelo.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do Brasil (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Queria também, como Representante do Brasil, manifestar-lhes nossa reação inicial quanto aos trabalhos, quanto aos resultados da Oitava Reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas.

Em nossa Delegação estamos satisfeitos com o que foi alcançado nesta instância, já que os temas aduaneiros, como todos sabemos, têm um significado cada vez mais importante no contexto do aprofundamento dos processos de integração, especialmente em nível sub-regional e regional e também de evolução das normas multilaterais, inclusive com a criação da Organização Mundial de Alfândegas.

Na realidade, a Oitava Reunião permitiu que se visse com grande transparência que o dinamismo dos fluxos comerciais na região exige de nossos países um grande esforço de modernização das alfândegas de maneira que possam atender melhor o usuário, e isto com custos menores, e também para que possam combater melhor problemas como o contrabando e o narcotráfico.

Um complemento necessário, em nossa opinião, dessa modernização é a busca de uma maior coordenação e harmonização de políticas e instrumentos aduaneiros na região, objetivo para o qual nossa Associação poderia contribuir mais, sem duplicar naturalmente esforços, com as esferas sub-regionais e multilaterais.

No debate da Oitava Reunião sobre o novo papel das alfândegas se identificaram áreas concretas, mencionadas pela Secretaria-Geral, onde a Secretaria e nossa Associação podem atuar de maneira eficaz. E se recomendou a inclusão destes temas no programa de trabalhos da Associação.

A Delegação do Brasil apóia essas recomendações; não obstante, deseja que a Secretaria proponha um cronograma para a execução dessas atividades, desses estudos. Este tema, então, poderia, quando a Secretaria tiver elaborado este cronograma, quando os estudos que ela deverá fazer estiverem concluídos, o Comitê poderia, à luz deste conjunto de matérias de reflexão, decidir a criação de um grupo de trabalho que possa, eventualmente, polir nossa posição sobre estes temas que seriam inicialmente preparados pela Secretaria-Geral. E talvez poderíamos também derivar as incidências dessa última reunião de Diretores de Alfândegas para o programa da Associação ao grupo de trabalho coordenado pelo México, sobre a monitorização do programa anual de atividades da Associação.

Um dos pontos importantes a salientar foi o debate sobre a proposta para o estabelecimento de uma nomenclatura básica comum da ALADI. Pensamos que a proposta deve ser analisada em profundidade com base no estudo e no plano de trabalho a ser preparado pela Secretaria.

Com referência ao projeto de resolução relativo à criação do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros, já podemos manifestar que nossa Delegação estaria em condições de apoiá-lo quando o tema for definido aqui, neste plenário.

Ao mesmo tempo seria interessante sublinhar que a criação de comissões, grupos *ad hoc*, não necessariamente é um fator suficiente para impulsionar temas. Nesse sentido pensamos que ao aprovar-se a resolução devemos assegurar que o Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros efetivamente, como está registrado na ata, não duplique os trabalhos realizados em outros foros e tenha um programa ajustado à realidade da ALADI e até mesmo às dificuldades que, naturalmente com exceção do país sede, todos enfrentamos para enviar funcionários aduaneiros a Montevideú.

Queria comentar também o fato de que alguns dos temas tratados na reunião, por iniciativa de países ou delegações observadoras, inclusive, estavam fora do contexto da agenda. Alguns eram temas bilaterais; outros eram temas sub-regionais e outros, ainda, temas relacionados com a temática de transportes. Talvez nossa idéia de que uma maior obediência ao caráter multilateral aladiano das reuniões de diretores nacionais seria importante no futuro para melhor organização dos trabalhos.

Finalmente, por um dever elementar de justiça, a Delegação do Brasil deseja ressaltar o bom trabalho feito pela Secretaria-Geral, particularmente, o trabalho do

Doutor Rivero, que presidiu o evento, o do Senhor Emilio Sosa e de sua equipe. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se alguma outra Representação deseja intervir sobre o tema.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente. Vemos com bons olhos o projeto de resolução para a criação do Conselho Assessor. Quais são os trâmites que se pensa dar a isto, já que será criado um grupo especial aqui, dependendo do Comitê? Porque obviamente nesta matéria nós, que estamos no MERCOSUL, teríamos que ver até que se compagine com o CT2, por exemplo. Como também como está relacionado com o grupo de Diretores Nacionais de Alfândegas da América Latina e Portugal. Então, haveria que fazer uma compaginação disso.

Mas, volto a repetir, vemos com bons olhos o projeto de resolução. Mas, gostaríamos de saber que trâmites lhe serão dados. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Sobre a compaginação, creio que o relatório deixa claro que, explicitamente, esse Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros que se propõe criar não duplicaria de nenhuma maneira as atividades em nível sub-regional, ou seja, como disse Vossa Excelência, no caso do MERCOSUL, nem tampouco em nível multilateral, imagino que menos em nível da Organização Mundial de Alfândegas e da Organização Mundial do Comércio.

É verdade que este ponto da duplicação não parece estar explícito no projeto de resolução, mas entendo que está no relatório da reunião que temos na nossa frente.

Quanto a como tratar este projeto de resolução, minha opinião é de que o mesmo estaria pronto em seus termos para que diretamente o examinássemos. Não creio que seja necessário criar um grupo de trabalho do Comitê, ou seja, assessor de nossas Representações, que não tem capacidade técnica em nível aduaneiro para rever um projeto que foi elaborado por uma reunião especializada que nós mesmos convocamos e que trouxe funcionários de nossas capitais, especialistas em temas aduaneiros e que elaboraram esse projeto, repito. Creio que o que nos corresponde fazer é ver isto do ponto de vista formal e do ponto de vista, talvez, jurídico e, logicamente, tomar a decisão, que é uma decisão política, de criar esse novo órgão que se nos propõe. Como disse o Senhor Representante do Uruguai, opinião da qual compartilho, é que se criássemos esse órgão daríamos maior prestígio, maior hierarquia a uma área de atuação da Associação, como são os assuntos aduaneiros, em que há um longo programa de trabalho a cumprir.

Minha proposta, então, é que nós mesmos, o Comitê, adotemos, examinemos e aprovemos este projeto de resolução. Se não estamos em condições de fazê-lo hoje, o que se entenderia, podemos colocá-lo na agenda, especificamente o projeto de resolução, da próxima sessão do Comitê. Concluo das três intervenções substantivas, do Brasil, do Uruguai e do Paraguai, que existiria uma disposição favorável para considerar o projeto de resolução, inclusive porque foi acordado por todos nossos Representantes presentes na reunião. Caso não haja uma decisão hoje, podemos incluir o assunto na ordem do dia da próxima reunião.

Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Oscar Fornoza). Obrigado, Senhor Presidente. A Representação da Venezuela estaria disposta a considerar o projeto de resolução neste momento.

Gostaríamos de perguntar à Secretaria, por seu intermédio, se seria possível que nos preparasse o regulamento de funcionamento deste Conselho Assessor, porque consideramos que essas dúvidas que poderiam surgir quanto à possível duplicação de funções ficariam definidas em um projeto de regulamento como em todos os demais Órgãos da Associação, o qual solucione qualquer dúvida que as Representações pudéssemos ter. Normalmente estes projetos de regulamento se preparam depois da primeira reunião do Conselho Assessor. Mas, creio que podemos contar com um projeto de regulamento, pois isto facilitaria as Representações no contato com as autoridades nacionais, as quais nos poderiam dar de uma vez indicações de como, que é o que queremos que fique definido neste regulamento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Pergunto à Secretaria se quer responder.

SECRETÁRIO-GERAL. O regulamento do Conselho, evidentemente, será, como em todo Conselho, objeto do próprio Conselho quando ele for criado. Penso que essa preocupação manifestada pelo ilustre Representante da Venezuela está no próprio texto da criação do Conselho, no considerando e em artigos que podem inclusive ser reforçados, e já está registrada esta intenção de que não haverá uma duplicação por outros órgão na medida em que suas funções serão articular-se com outros organismos existentes.

Evidentemente, a redação pode aperfeiçoar essa característica, mas creio que pela leitura do texto isso já estaria totalmente garantido. Evidentemente, também no regulamento poderia estar mais determinado, mas esse regulamento iria depender dos próprios membros do Conselho, uma vez criado. Ou seja que de qualquer forma ficaria suspenso o cuidado desse aspecto.

Creio, Senhor Presidente, que o cuidado haverá que tomá-lo nos artigos das funções do Conselho, que essa complementação seja absolutamente garantida.

PRESIDENTE. É uma sugestão talvez para tornar mais explícito o texto, colocar “um considerando” específico para evitar a duplicação, que está no relatório, mas não está explícito no projeto de resolução.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). No âmbito internacional, “o considerando” tem um valor conceitual, mas o mandato deve estar sempre na parte resolutiva, embora se repita o mencionado “no considerando”. Ou seja, a idéia é esta, não digo que seja precisamente esta a fórmula, mas a idéia é isto: “As atuações do Conselho procurarão não duplicar ações sobre as matérias específicas que se tratem no âmbito de outros foros internacionais e sub-regionais”. Esta é a idéia. Pode ser, logicamente, melhorada. Sem prejuízo de que possa estar “no considerando”, penso que teria que ir possivelmente no artigo quarto. Porque os demais artigos, do quinto ao novo, já são de forma. São de forma, de procedimento, digamos assim. Pelo contrário, isto é de fundo. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito bem Senhor Representante do Paraguai.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do Brasil (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Somente para chamar a atenção sobre a página 8 do documento, ponto 5, reuniões de Diretores Nacionais de Alfândegas no âmbito da ALADI, parágrafo segundo, que começa com “No intercâmbio de opiniões...”, na segunda linha diz: “... que as delegações ..., coincidiram em que o Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros que se recomenda criar não duplicará os trabalhos desenvolvidos no âmbito das reuniões de Diretores Nacionais de Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal, bem como em outros foros de Diretores.” Creio que com base nesta formulação se pode naturalmente aperfeiçoar os artigos.

Realmente, em termos práticos, o que vai definir a não duplicação será naturalmente o programa de trabalho do Conselho que será criado e cujas atividades estarão incorporadas ao programa de atividades da Associação. Então, tanto o Conselho como a própria Associação, o Comitê de Representantes e o Grupo de Trabalho de Programa de Atividades, a eles, na prática, competirá evitar qualquer possibilidade de duplicação que formalmente, explicitamente os Diretores Nacionais de Alfândegas não querem realizar a fim de concentrar apenas as matérias funcionais para o processo de integração dos onze países da ALADI. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente. Estamos absolutamente de acordo quanto à preocupação da Representação do Paraguai no sentido de deixar explícita qualquer dúvida que exista sobre eventuais duplicações. Se bem a Delegação do Brasil tem razão ao dizer que isso se verá na prática, no próprio programa de atividades, não é redundante que fique claramente estabelecido que estamos conscientes de evitar duplicações.

Em segundo lugar, estamos plenamente de acordo em aprovar, no menor prazo possível, este projeto e manifestamos que estamos em condições de tomar a decisão no momento em que o Comitê considerar conveniente.

Por último, Senhor Presidente, apesar de que não é habitual em nossa Representação, queremos parabenizar à Secretaria, tal como fez a Delegação do Brasil, pelo excelente trabalho realizado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Farei uma proposta: proponho que a Secretaria faça uma revisão deste projeto de resolução, incorporando formalmente aos artigos operacionais um artigo específico com base no sugerido pelo Senhor Representante do Paraguai, ou seja, para deixar explícito que o novo órgão que criaremos não duplicará as atividades multilaterais nem sub-regionais na área de cooperação aduaneira. A Secretaria fará também uma revisão das formalidades do projeto de resolução, que distribuirá e o incluiremos na agenda da próxima reunião ordinária, visando aprová-lo em nível de Comitê com este acréscimo substantivo proposto pelo Paraguai, que é apoiado de certa maneira pelo Chile e também pelo Brasil.

Se for aceito, assim procederemos.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Simplesmente considero que o artigo primeiro é onde corresponde fazer este acréscimo no projeto de resolução. Porque o artigo primeiro é o que fixa as características e objetivos do Conselho Assessor. Isto é: "... como órgão auxiliar encarregado de assessorar os órgãos políticos da Associação em matéria aduaneira e desenvolver as ações de coordenação e cooperação que se requeiram para o cumprimento de seus propósitos." E aí acrescentar, mais ou menos a redação que propõe o Paraguai.

PRESIDENTE. A Secretaria recolherá a sugestão formal do Paraguai como um segundo parágrafo do artigo primeiro, como propõe a Colômbia.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (José Piedrahita). Obrigado, Senhor Presidente. Através da Presidência queria pedir ao Senhor Jorge Rivero informação adicional sobre um tema que ele citou em seu relatório relacionado com os trabalhos que começariam no que diz respeito à correlação das tarifas do TLC com as da Comunidade Andina e do MERCOSUL. Tema que considero de grande relevância e importância pelo contexto que já estamos vivendo quase ao iniciar essas negociações. Que implicações, que dificuldades oferece este trabalho e em que estado se encontra? Por favor; obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Para encerrar o tema do projeto de resolução do novo Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros procederemos da maneira indicada, com a última sugestão da Colômbia. Então, este tema estará incluído na ordem do dia da próxima sessão ordinária do Comitê.

Temos que definir também os trâmites a serem dados às outras recomendações que estão no relatório da reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas e aí a sugestão que escutei foi a do Representante do Brasil, propondo que a Secretaria apresente um cronograma de atividades para atender às recomendações, ou seja, os estudos etc., e o apresente diretamente na próxima reunião do grupo de trabalho do Comitê sobre o Programa de Atividades, grupo que se reuniu esta semana e que o fará novamente em abril, presidido, como sabemos, pelo Representante do México.

É a sugestão que considero atinada. A Secretaria estaria também de acordo e em condições de cumprir com isto. Assim faremos se os senhores estiverem de acordo.

Não havendo observações, interpreto que assim será feito.

Desculpe, tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente. Sobre este mesmo tema havia uma proposta, não sei se do Paraguai ou do Uruguai, com relação à cooperação com a OEA. Porque a cooperação da OEA é simplesmente para a correlação. E a idéia seria que se ampliasse para que pudesse

incluir também as possibilidades de ter essa nomenclatura comum, a cooperação técnica mais ampla em outras palavras.

PRESIDENTE. Essa é uma das recomendações que está no relatório e sobre a qual a Secretaria se expedirá e apresentará uma maneira de cumpri-la, discussão que será encaminhada ao grupo de trabalho sobre Programa de Atividades.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Gustavo A. Moreno). Obrigado, Senhor Presidente. Lamentavelmente a Argentina, pelas razões expostas pela Secretaria, não pôde enviar peritos a esta reunião e, portanto, sim nos urge o novo projeto de resolução para poder ser aprovado no próximo Comitê o antes possível com esta modificação sugerida pelo Paraguai e aprovada pelos demais Representantes para enviá-la o antes possível às capitais e estar em condições de aprová-lo na próxima reunião do Comitê. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Sim, Senhor Representante, a Secretaria distribuirá a revisão do projeto de resolução em dois dias, como máximo, para as Representações; e aí teremos alguns dias para consultas com as capitais, visando considerá-lo na próxima reunião ordinária, que será dentro de duas semanas. Isto está esclarecido.

Pergunto se a Secretaria estaria em condições de responder a pergunta específica do Representante do Equador.

Tem a palavra o Doutor Rivero.

SECRETARIA (Jorge Rivero). Obrigado, Senhor Presidente. Esse tema está incluído como um dos resultados no projeto de cooperação com a OEA. O projeto está aprovado. Os Diretores de Alfândegas e o Secretário-Geral, como executor do projeto, devem enviar aos Representantes Permanentes dos países junto à Organização, antes de 31 de março, sua aprovação para que os fundos possam ser liberados. Isto já está em conhecimento de todos os Diretores Nacionais. Foi colocado em conhecimento das Delegações na reunião; já temos conhecimento de que várias Administrações cumpriram com os trâmites e tão logo estejam liberados os fundos, ou seja, imediatamente depois de 31 de março, começaremos com o trabalho da correlação.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Pergunto ao Senhor Representante do Equador se a resposta é satisfatória.

Parece que sim.

Ficamos assim. O tema do projeto de resolução sobre a criação do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros estará incluído na próxima reunião ordinária do Comitê. A Secretaria distribuirá o projeto revisado com o acréscimo substantivo sugerido pelo Paraguai, na forma sugerida pela Colômbia, e nos próximos dois dias para consideração das Representações e das capitais e tentaremos decidir a esse respeito na próxima reunião ordinária. Enquanto isso a Secretaria preparará um documento de execução e implementação das recomendações da reunião de Diretores Nacionais de Alfândegas e as submeterá diretamente ao grupo de trabalho sobre Programa de Atividades em sua próxima reunião. Fica decidido assim.

Portanto, encerramos este tema da ordem do dia e passamos ao último ponto.

6. Assuntos diversos.

- Relatório do Presidente do grupo de trabalho sobre o Quinto Seminário “Dimensão Jurídica da Integração” (Santa Cruz de la Sierra, Bolívia).

PRESIDENTE. O Senhor Representante da Bolívia, Presidente do Grupo de Trabalho sobre o Seminário Jurídico que se realizará em Santa Cruz de la Sierra, pediu-me a palavra para introduzir o tema e para dar informação sobre o relatório que os senhores receberam neste instante.

Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. Evidentemente, o trabalho deste grupo está praticamente concluído, razão pela qual me animo a solicitar-lhe uns minutos em “Assuntos Diversos” para poder informar ao Comitê.

Não obstante, quero, através de todos os Senhores Representantes, agradecer profundamente a presença neste grupo, tanto dos Representantes Alternos como dos especialistas que mandaram as diferentes Representações, o que facilitou terminar rapidamente este trabalho.

Quero agradecer também profundamente à Secretaria-Geral, na pessoa do Secretário-Geral Adjunto, Doutor Maidana, o brilhante trabalho realizado na coordenação de todo este evento, tanto dentro da ALADI como fora, particularmente pelo trabalho realizado em uma reunião em Santa Cruz. Aproveitando uma viagem a Caracas, à CAF, deteve-se em Santa Cruz onde terminou praticamente de coordenar o evento. Portanto, nosso mais profundo reconhecimento.

Senhor Presidente, o grupo de trabalho, no dia de ontem, praticamente analisou todo o programa. Quero dizer-lhes que parece que está tudo pronto para a realização do evento nos dias 11 e 12 de maio. Analisou-se o programa preliminar que ficaria ainda esperando algumas confirmações de participantes como expositores. Esperaríamos até o dia 25 de março, em 27 de março praticamente encerraríamos este programa preliminar e já não seria programa preliminar, procederíamos à impressão do tríptico com todos os nomes dos participantes.

Previu-se para segunda-feira 11 de maio a abertura deste evento em Santa Cruz, no hotel Tajibos. Neste hotel e em outros hotéis foram feitos acordos para receber os assistentes até com quarenta e cinquenta por cento de desconto. Trata-se de hotéis de quatro e cinco estrelas. Nossa linha aérea, o Lloyd Aéreo Boliviano, também está dando importantes descontos para que possam assistir. E para a sessão de abertura já estão confirmadas as presenças do Presidente do Colégio de Advogados de Santa Cruz, da Ministro de Justiça e também esperamos a representação da Secretaria-Geral da ALADI. Estamos tramitando também a presença do Senhor Presidente da Bolívia e do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia e do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, quem já participou anteriormente. Foi um entusiasta participante destes eventos, já contávamos com sua participação como expositor antes de que ele fosse Ministro das Relações Exteriores; com a ajuda do Embaixador Castells estamos agora tratando de conversar com o Senhor Ministro para ver se confirma sua

presença, nem que seja para a abertura do evento. Através da Presidência e através do Embaixador estamos tratando de falar com eles.

Depois, o programa desenvolver-se-á de acordo com o que os senhores estão vendo, como os que foram distribuídos, somente que os expositores não estão ainda absolutamente definidos. Estamos aguardando sua confirmação, até o dia 25. Mas, quero dizer-lhes que foram feitos os cartazes do evento, os senhores os têm; o disquete, ao passar pela máquina de controle de metais, foi danificado, não podemos imprimi-lo em cores. Em cores seria muito lindo; em todo caso, o nome da Associação Latino-Americana de Integração figura muito bem, estamos dando uma boa imagem, creio, com este evento, com a coordenação do evento, e particularmente devo ressaltar também a ajuda que estamos recebendo do Colégio de Advogados e do Ministério de Justiça da Bolívia.

Creio, Senhor Presidente, que é tudo. O trabalho está praticamente concluído. Penso que não haverá necessidade de voltar a informar e de incomodá-los. Está finalizado o trabalho, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Pergunto se há observações sobre o relatório que nos apresenta o Presidente do grupo de trabalho sobre o Seminário jurídico.

Parece que não é o caso, o que é natural, pois todas as Representações participamos com ele deste grupo de trabalho.

Tomamos nota com satisfação do relatório que nos apresenta o Senhor Embaixador da Bolívia, como Presidente do grupo de trabalho sobre o Seminário Jurídico, e do relatório que será logicamente enviado por nossas Representações a nossas capitais com o programa preliminar que será elaborado aqui e, logicamente, agora o trabalho se transfere diretamente a nossas capitais para que garantam a presença dos convidados e dos participantes.

Dito isso, creio que podemos perguntar se há outros temas para tratar.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente, para somar-me à aprovação do Quinto Seminário sobre a Dimensão Jurídica da Integração.

Como aqui se fala de programa preliminar, gostaria de saber se este aspecto preliminar está vinculado com o fundo ou com a forma. Ou seja, se for com o fundo, com relação aos temas; e se for com a forma, em função das autoridades, etc. Por isso gostaria de que a Secretaria me explicasse porque é preliminar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Eu diria, Senhor Representante, que é mais a segunda hipótese. Ou seja, é preliminar, no sentido de que os participantes ainda estão sendo convidados, etc., mas o programa não está totalmente concluído. Faria esta pergunta ao Presidente do Grupo, Embaixador da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Mario Lea Plaza Torri). Obrigado, Senhor Presidente. A parte de fundo já foi consenso. Informou-se também na anterior reunião quanto à temática do que será conversado. Parece-me que exatamente a segunda parte de sua pergunta está em dúvida.

Não obstante, gostaria de que o Senhor Secretário-Geral Adjunto, Isaac Maidana, fizesse algum comentário.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral Adjunto.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). Obrigado, Senhor Presidente.

Quanto aos temas, já foram amplamente debatidos no grupo; ou seja que a esta altura seriam definitivos. De qualquer forma, se há alguma sugestão, penso que seria bem recebida.

Quanto ao de “preliminar”, vincula-se com a confirmação de algumas autoridades; a confirmação de alguns expositores e, fundamentalmente, que as Representações, algumas, já manifestaram algo sobre o tema, pudessem sugerir algum expositor sobre temas que ainda estão em branco. Embora estejamos realizando algumas gestões, ainda não há confirmação do expositor quanto ao tema. Talvez seja oportuno pedir ao Representante do Paraguai, caso tenha alguma sugestão, um perito desse país, o que nos viria muito bem, pois já participaram de anteriores eventos. Estamos providenciando, fizemos contato com o Vice Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Assunção e também recebemos uma nota do Doutor Ubaldo Centurión, que esteve presente no Terceiro Seminário, realizado aqui em Montevidéu. É tudo.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Agrada-me e acho importante que se difunda a dimensão jurídica da integração. Será a quinta vez que este tema será tratado, desta vez na Bolívia. Considero excelente.

Mas, o que haveria que levar em conta, não digo para este seminário porque já é um pouco tarde, mas sim para os próximos desta natureza, é o papel das instituições financeiras regionais e sub-regionais no âmbito jurídico da integração. Isso é um campo que convém aprofundar e explorar porque pode dar muitas satisfações: Banco Interamericano, CAF, FONPLATA, o próprio Banco Centro-Americano, enfim, dar a experiência para o apoio destas entidades financeiras no âmbito da integração.

Por isso digo que não seria para este seminário, mas para tomar nota para o seminário do próximo do ano. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

A Secretaria toma nota de sua sugestão e a terá em consideração, talvez mesmo para este Quinto Seminário. Dentro de outros temas há alguns que já estão nesse programa preliminar.

Não havendo observações sobre o tema do Seminário Jurídico, tomamos nota com satisfação dos trabalhos do grupo presidido pelo Senhor Representante da Bolívia.

Passamos a outros temas.

- Pedido de informações da Representação do México sobre a situação em que se encontram os Acordos sobre Barreiras Técnicas ao Comércio e Bens Culturais.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente. Queríamos fazer referência a dois pontos: o primeiro, em relação ao Acordo sobre Barreiras Técnicas. Na reunião anterior pediu-se um relatório sobre a situação em que se encontra a subscrição do Acordo, dado que o México está interessado em criar o primeiro protocolo adicional para incorporar uma série de mudanças sugeridas por várias Representações. Gostaríamos de saber qual é a situação em que se encontra a subscrição do mencionado Acordo.

E o segundo ponto seria o relacionado com o Acordo sobre Bens Culturais, onde no programa de atividades da Associação para este ano estava proposto entregar para o mês de março um documento que registrasse as diferentes observações de várias Representações, entre elas a de meu país, para poder fazer a consulta respectiva nas capitais e poder impulsionar o grupo de trabalho a discutir precisamente esse segundo protocolo modificativo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Há um pedido de informação sobre dois temas, que passo para a Secretaria.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral Adjunto, sobre o primeiro tema de barreiras técnicas.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO. (Isaac Maidana Quisbert). Quanto ao acordo que está em processo de subscrição, de dez países que comprometeram sua assinatura faltaria apenas um para que o mesmo entrasse em vigor.

Quanto ao segundo protocolo modificativo, estamos elaborando um documento que distribuiremos na próxima semana para conhecimento das Representações.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Pergunto se há outros temas que as Representações desejem apresentar neste momento.

- Próximas reuniões do Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Parece que ninguém pede a palavra. Podemos considerar esgotada a ordem do dia da sessão ordinária de hoje. Resta nada mais que programar as próximas reuniões ordinárias do Comitê. Minhas sugestões são as seguintes: na próxima semana não necessitamos ter uma reunião ordinária, mas sim teremos duas reuniões extraordinárias, como já havia sido anunciado. A primeira terça-feira, dia 24, às 11h 30m uma sessão extraordinária para despedir o Representante da Argentina, Embaixador Jesús Sabra. E a segunda, dia 27, às

12h 30m, uma sessão extraordinária para receber a Excelentíssima Senhora Ministro das Relações Exteriores do México, Rosario Green, que nos honrará com sua visita a esta Casa da Integração. E a outra reunião ordinária a faremos, como sempre, como combinamos, em duas semanas, ou seja, quarta-feira 1º de abril, às 9h 45m, como de costume. Hoje já temos na agenda, vários pontos e tentaremos, como sempre, distribuir a convocatória da próxima reunião com antecipação de alguns dias, com ajuda a da Secretaria.

Então lembrando: terça-feira dia 24, às 11h 30m e sexta-feira dia 27, às 12h 30m, duas extraordinárias; e a próxima ordinária dia 1º de abril, quarta-feira, dentro de duas semanas, às 9h 45m.

Encerra-se a sessão.
